

A LEI 10.639/03 E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES AFROCENTRADAS A PARTIR DAS BRINCADEIRAS AFRICANAS

RESUMO

A Lei 10.639/03 veio contribuir para colocar o sujeito afro-brasileiro em situação de destaque através da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar. Entretanto, há mais de vinte anos de sua promulgação, ainda há muito a se fazer e conquistar. Existe ainda um enorme abismo entre a Lei e a sua aplicação nos currículos das escolas e espaços de ensino. Diante do cenário de discriminação que a etnia negra ainda enfrenta na sociedade e na escola, é desafio de ambas serem capazes de formar o sujeito em uma abordagem afrocentrada. Uma das chaves para essa formação desde a tenra idade é através das brincadeiras africanas. Elas, como manifestação do lúdico, são oportunidades para trabalhar o desenvolvimento, a socialização, a corporeidade e o encantamento, além de contribuírem para a construção das identidades dos indivíduos. As brincadeiras africanas são uma oportunidade de trabalhar tópicos que auxiliarão na construção das identidades afrocentradas norteadas pela Lei 10.639/03. A abordagem afrocentrada dará fomento para os afrodescendentes como sujeitos das suas próprias histórias, em posição de protagonismo, bem como na construção de uma consciência antirracista. Este artigo deseja mostrar através de Luckesi (2002), Gallo (2010), Hall (2006), Freire (1987), Mantoan (2006), Nascimento (2009) e Cunha (2023) que é possível a utilização das brincadeiras africanas pelo educador na construção dessas identidades afrocentradas, à luz da abordagem afrocentrada e da Lei 10.639/03. Este trabalho visa contribuir com um debate acerca da aplicação da Lei nos dias atuais,

sugerindo essa abordagem como essencial para a construção de identidades afrocentradas.

Palavras-chave: Lei 10.639/03; brincadeiras africanas; identidades afrocentradas.

ABSTRACT

The Law 10.639/03 contributed to placing Afro-Brazilian individuals in a prominent position by making Afro-Brazilian History and Culture mandatory in school curricula. However, more than twenty years after its enactment, there is still much to be done and achieved. There is still a huge gap between the Law and its application in school curricula and educational settings. Given the discrimination that black ethnic groups still face in society and in schools, it is a challenge for both to be able to educate individuals using an Afro-centric approach. One of the keys to this education from an early age is through African games. As a manifestation of playfulness, they are opportunities to work on development, socialization, corporeality and enchantment, in addition to contributing to the construction of individuals' identities. African games are an opportunity to work on topics that will help in the construction of Afrocentric identities guided by Law 10.639/03. The Afrocentric approach will encourage Afro-descendants to be subjects of their own stories, in a leading position, as well as in the construction of an anti-racist consciousness. This article aims to show through Luckesi (2002), Gallo (2010), Hall (2006), Freire (1987), Mantoan (2006), Nascimento (2009) and Cunha (2023) that it is possible for educators to use African games in the construction of these



Afrocentric identities, in light of the Afrocentric approach and Law 10.639/03. This work aims to contribute to a debate about the application of the Law today,

suggesting this approach as essential for the construction of Afrocentric identities.

Keywords: Law 10.639/03; African games; afrocentric identities.

PRIMEIRAS COLOCAÇÕES

Estamos diante de um cenário no qual novos instrumentos tecnológicos proporcionam transformações em praticamente todas as dimensões da vida humana. Nesse contexto, a escola e a educação básica não poderiam estar alheias ao que acontece. Como apontado por Gallo (2010, p.145), a escola é parte da sociedade e “está normalmente estruturada de forma a reproduzir a estrutura social”. E justamente por reproduzir tal estrutura é que está sujeita a forças e processos geopolíticos de cunho hegemônico. Na violação da ética do ser humano, a sociedade brasileira vem impondo desigualdades, racismo e intolerância. Palavras e atitudes que não deveriam existir, mas são impulsionadas pelo ódio que nos cerca. Frente a esse cenário de violência e negação de direitos, a população que mais se apresenta em grau de vulnerabilidade no Brasil é a dos negros. No país o racismo é estrutural. Cresce o abismo entre o “eu” e o “outro”, as fronteiras se tornam mais fortificadas e a sociedade mais individualizada. Sendo assim, o que podemos fazer para reverter tal situação? A resposta é complexa pois não depende única e exclusivamente da educação em si, a chave também está nas políticas direcionadas a ela, e como são aplicadas, fiscalizadas e (re)avaliadas.

Com o intuito de minimizar o apagamento histórico vivido pela etnia negra no país, a Lei 10.639/03 veio contribuir para colocar o sujeito afro-brasileiro em destaque. Durante anos a escola e, por extensão, outros espaços de ensino evitaram alguns temas. O debate em torno da diversidade étnico-racial é um deles. Sem projeção na comunidade escolar, e empurrado para as margens, a discussão começou a tomar corpo nas associações e coletivos. O resultado desse clamor foi a Lei 10.639 promulgada em 2003. Por muito tempo a escola caracterizou o tema étnico-racial como individual e não pertencente a ela. Por olhar com desprezo a experiência periférica emanada desses indivíduos, a escola renegou o seu papel inclusivo. Mantoan (2006, p. 15) aponta que



atualmente “(ela) não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas – nos processos pelos quais forma e instrui os alunos”. Falar em educação bancária parece ultrapassado, mas ela ainda existe, e nas palavras de Freire (1997, p.13) o aluno que a ela ainda está submetido deve manter a sua rebeldia, visto que isso o “*imuniza* contra o poder apassivador do *bancarismo*”. Então, educando, não perca a sua rebeldia, lute!

Para fomentar o debate sobre o tema étnico-racial a Lei 10.639/03 introduz de forma obrigatória os conteúdos de história e cultura dos povos africano e afro-brasileiro nos ensinos fundamental e médio, seja na rede pública ou privada. Essa lei foi altamente celebrada pois expande a LDB/96 que traz em seu artigo 3 a “consideração com a diversidade étnico-racial”. A lei se torna um avanço no sentido de transformar essa pauta que era considerada como um tema transversal em uma obrigatoriedade. Algumas medidas foram tomadas posteriormente para elaborar e divulgar materiais sobre a temática, e assim ampliar o alcance à lei dos educadores e educandos. Uma dessas medidas foi tornar domínio público a coleção de livros da UNESCO, História Geral da África, que aborda o continente africano desde a sua pré-história até os anos 1980. O lançamento do projeto “A Cor da Cultura” que visava à confecção de material digital e visual sobre a diversidade cultural brasileira também foi uma das promoções adotadas. Vinte anos depois de sua promulgação, a aplicação dessa lei ainda está longe de ser realidade nas escolas e espaços de ensino, dentre eles as brinquedotecas.

Apesar dos avanços políticos acima citados, a inclusão das temáticas acerca das culturas africana e afro-brasileira no universo infantil é realizada de maneira estereotipada, mesmo norteadas pela Lei 10.639/03. Seja através de educadores despreparados ou materiais ineficientes, elas são introduzidas como “aspectos simbólicos representativos do chamado folclore brasileiro” (Silva, 2000, p.42). Ainda estão em voga conceitos como o da “mestiçagem” e da “tutela” para traçar uma conjuntura histórica na qual negros são vistos como incapazes de fazer parte integralmente da sociedade brasileira. O que vemos na prática é um abismo entre a proposta da lei e o entendimento dos atores que protagonizam a sua execução. Diante desse cenário emerge uma pergunta que buscaremos responder no desenvolver deste trabalho: a partir da Lei 10.639, como



podemos contribuir para a construção de identidades afrocentradas? Nossa hipótese é de que a chave está nas brincadeiras africanas!

IDENTIDADES AFROCENTRADAS EM CONSTRUÇÃO

Como caracterizado por Stuart Hall, os sujeitos passaram a ser fragmentados, não mais percebidos como estáticos, contidos em si. O próprio (2006, p.87) admite tal processo quando afirma que “a globalização tem o efeito de contestar e deslocar identidades”. O sujeito passou a se apresentar com múltiplas identidades, estabelecendo assim para elas uma dinâmica de fluidez. Identidades cada vez mais percebidas como precárias e atuantes na transitoriedade, dando espaço a um processo de contínua formação e transformação do indivíduo. O próprio conceito de identidade em si é demasiadamente complexo. Dubar o apresenta como sendo o resultado dos diversos processos que simultaneamente constroem os indivíduos (1997, p.105).

Mudanças estruturais nas identidades pessoais não são resultados apenas de uma fragmentação do indivíduo, do seu mundo social e cultural, mas também de si mesmo. O indivíduo leva um tempo para, posteriormente através de uma crise de identidade, perceber-se como destituído, fragmentado, e tentar compreender onde ele se posiciona. Costumamos visualizar esse processo em adultos, mas ele também acontece em crianças, já que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (Hall, 2006, p. 9). Incertezas e dúvidas acontecem a todo momento em nossas vidas e o período da infância está cheio delas. Sem dúvidas é nesse período que nossas identidades constroem-se, formam-se e fragmentam-se de forma mais latente. O processo é natural. Com base nisso seria possível auxiliar na construção de uma identidade afrocentrada nas crianças? Sim! E as experiências lúdicas facilitarão esse processo.

Experiências lúdicas são capazes de provocar desestabilidade das identidades existentes e atuar na formação de outras. Partindo dos estudos de Luckesi sobre ludicidade, que a percebe “como um estado de consciência” (2002, p.3), é possível traçar as bases para uma perspectiva da ludicidade como construtora de identidades. “A



ludicidade, nesta perspectiva, é interna” (2002, p.3), mesmo que partilhada com outros. Não estamos desmerecendo o aspecto social envolvido nessas atividades lúdicas, o intuito é afirmar que somente o sujeito poderá através de si, e suas vivências prévias, ser tocado pela ludicidade de uma atividade. É claro que outros fatores contribuem para tal feito, como o contexto social, cultural e emocional do sujeito. A fragmentação da identidade após o toque da ludicidade poderá provocar o olhar revisionista sobre ela e potencialmente criar outras. Luckesi (2002, p.3) reafirma que a transformação acontece de maneira individual:

a partilha e a convivência poderão oferecer-lhe (ao sujeito), e certamente oferecem, sensações do prazer da convivência, mas, ainda assim, essa sensação é interna de cada um, ainda que o grupo possa harmonizar-se nessa sensação comum; porém um grupo, como grupo, não sente, mas soma e engloba um sentimento que se torna comum; porém, em última instância quem sente é o sujeito.

Com base nesse desenvolvimento das identidades e do caráter interno advindo da ludicidade é que poderemos fundamentar as bases para auxiliar na construção de uma identidade afrocentrada nas crianças. Porém, falta adicionar à discussão o tema da afrocentricidade. Como ela se insere nesse contexto?

Entende-se por afrocentrado tudo que diz respeito à cultura, sociedade, história, valores e crenças que provêm da África. A afrocentricidade dá aos africanos e aos seus descendentes a oportunidade de se tornarem sujeitos das suas próprias histórias, em posição de protagonismo. A afrocentricidade não se limita só aos africanos e aos seus descendentes, na verdade ela é uma proposta contra-hegemônica e inclusiva na qual todos são bem-vindos. Os estudos afrocentrados se tornam uma resposta à cultura hegemônica, mas não somente isso, eles são a oportunidade de dar voz a quem por muito tempo foi silenciado, marginalizado e subalternizado. Devemos pensar que a formação de um sujeito tolerante, antirracista, inclusivo e sem preconceitos passa por uma formação afrocentrada, um professor afrocentrado, e disciplinas dadas em ambientes afrocentrados que promovam uma visão afrocentrada. A própria Lei 10.639/03 auxilia para que essa educação afrocentrada seja posta em prática quando propõe tópicos que devem ser debatidos em sala de aula. A ideia de uma sala de aula mais inclusiva, tolerante, acolhedora



deve ser oposta à ideia de um campo minado. O compartilhamento de ideias, a formação crítico-analítica e a plurissignificância na educação afrocentrada são bem-vindos e jamais ferem a Lei 10.639/03.

Uma das grandes diferenças entre a afrocentricidade e o eurocentrismo é que ela possui um caráter baseado na pluralidade e, segundo Nascimento (2009, p.30), “não se arroga, como fez o eurocentrismo, a condição de forma exclusiva de pensar, imposta de forma obrigatória sobre todas as experiências e todos os epistemes”. Então, educador, ao escolher a sua abordagem aos temas propostos na Lei 10.639/03, tente fazê-lo a partir de uma abordagem afrocentrada. Como o educador pode aplicar a afrocentricidade?

Há cinco características mínimas que um projeto e/ou atividade afrocentrado/a deve conter. São elas: **1- interesse pela localização psicológica do sujeito africano e afrodescendente.** O sujeito retratado fala de que lugar? Fala da margem ou do centro? É dada voz a ele?; **2- compromisso com a descoberta do lugar do africano como sujeito.** Como combater o eurocentrismo epistemológico? O educador assume o compromisso de encontrar o lugar do africano em todo evento, ideia, texto, imagem, filme, etc.; **3- defesa dos elementos culturais africanos.** O educador deve defender a cultura e os elementos materiais ou imateriais como parte da cultura dos povos africanos e afrodescendentes; **4- compromisso com o refinamento léxico.** Deve-se fazer as seguintes perguntas: essa descrição condiz com a realidade daquele povo? De que ponto parte a escolha das palavras para descrever o povo ou evento?; e **5- o compromisso com uma nova narrativa da história da África.** O educador deve questionar o local de marginalização que a África possui e comprometer-se a mudar essa situação.

A partir dos estudos da afrocentricidade é possível reescrever a história, antes permeada pelo etnocentrismo distorcido. No caso do nosso país devemos partir do princípio de que não existe história do Brasil sem a história afro-brasileira, não dá simplesmente para apagar a influência africana e afro-brasileira na construção da nação.

AS BRINCADEIRAS AFRICANAS NO DESENVOLVIMENTO DAS IDENTIDADES AFROCENTRADAS E EM CONFORMIDADE COM A LEI 10639/03



Com a apresentação da teoria devidamente feita no tópico anterior, objetivamos discutir a educação étnico-racial através da experiência das brincadeiras africanas em conformidade com a Lei 10.639/03. Nosso recorte se limita ao espaço escolar na educação infantil. Espaço este que deve ser de construção e de afirmação identitária para os educandos em quaisquer de suas etapas. A relevância de discutirmos a educação fundamentada numa proposta afrocentrada contribui para o reconhecimento, pertencimento e afirmação da identidade afro-brasileira nas crianças. Uma educação que localiza o sujeito afrocentrado numa perspectiva libertadora e transformadora de sua realidade, não mais como objeto, e sim sujeito histórico, permitindo a conscientização local e global de sua condição social, com vias a possibilitar “(...) que todos os homens e mulheres se façam seres mais no processo permanente de libertação” (Freire, 1987, p 87).

Entende-se por brincadeiras africanas aquelas que provocam o contato com o continente africano através de sua linguagem, cultura e sociedade. São brincadeiras que possuem uma carga de ancestralidade e que foram transmitidas de geração a geração através da tradição oral. De acordo com a Lei 10.639/03, em seu caput 1, elas podem ser utilizadas a partir destes tópicos:

História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Brasil, 2003, art. 26-a)

As brincadeiras africanas estão inseridas através da história da África e dos africanos, elas são também resultado da luta negra no Brasil já que a sua preservação é também uma resistência ao apagamento histórico. Muitas dessas brincadeiras chegaram a partir dos escravizados de diferentes partes do continente africano. Pessoas que foram usurpadas de suas terras, suas famílias e acabaram vindo parar no outro lado do Atlântico. Cada um deles e delas trazia consigo a rica bagagem cultural de seu povo. Ao chegar no território brasileiro muitas dessas brincadeiras passaram por adaptações por diversos motivos, mas suas essências perduraram. Os educadores têm como obrigação ressaltar toda a bagagem cultural que existe por trás dessas brincadeiras. Em contexto brasileiro, devido às dimensões continentais existentes, é fácil achar uma brincadeira que se brinca



de modo diferente nas diferentes partes do país. Aí está a riqueza das brincadeiras e do nosso povo.

As brincadeiras africanas são a manifestação do lúdico através das ideias de território, socialização, corporeidade e encantamento. Elas possibilitam que haja uma aproximação de forma positiva com o “outro”, de maneira a diminuir elaborações que possam ser intolerantes e/ou preconceituosas. Elas possibilitam também um processo de identificação através da diferença. Esse trabalho duplamente se posiciona na defesa do brincar para o desenvolvimento sadio de uma criança, bem como no resgate às brincadeiras africanas para contribuir nesse processo. A defesa do brincar está presente nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação Infantil, que diz que é importante:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (BNCC, 2017, p. 38)

Devemos utilizar da afrocentricidade para construir as identidades das crianças que muitas vezes chegam à escola com baixa autoestima e sujeitas a discursos de desvalorização. Através das suas jornadas com o descobrimento de suas ancestralidades a partir do lúdico as crianças se desenvolvem. As interações lúdicas, vivências lúdicas ou experiências lúdicas possuem o intuito de auxiliar na construção e no desenvolvimento da identidade das crianças. Tais interações visam a um despertar ancestral através de uma experiência subjetiva, transcendental que é fundamentada por elementos sociais e culturais. Assim, ao pensarmos nas brincadeiras africanas estamos sendo alimentados por uma existência ancestral que se molda a cada brincadeira, a cada contato. Através do resgate da ancestralidade é possível traçar os laços entre o Brasil e a África que por muitas vezes tentaram apagar. Segundo Cunha, todas as atividades têm o intuito de promover o reconhecimento e a valorização da ancestralidade africana:

Reconhecer, valorizar e positivar a ancestralidade africana, que caracteriza o povo brasileiro, permite aos alunos se perceberem herdeiros dessa cosmovisão



e próximos culturalmente da criança dos países africanos. Nesse processo, os jogos e as brincadeiras surgem como uma profunda experiência intercultural e intracultural. Um encontro alegre com a cultura do “outro” e um mergulho em nossas próprias raízes culturais, híbridas e multicoloridas (2023, p.24)

A seguir mencionamos algumas atividades que podem contribuir para esse resgate da ancestralidade através de experiências lúdicas em contexto da educação infantil. As atividades aqui mencionadas dialogam com a Lei 10.639/03, bem como figuram nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil. Elas são sugestões aos educadores. Não nos aprofundaremos no detalhamento de cada uma delas, apenas uma será suficiente para efeitos ilustrativos.

As brincadeiras africanas são: Nyama, Nyama do Quênia, Myoto Mugono do Zimbábue, Osani da República Democrática do Congo (R.D.C), Terra e Mar de Moçambique e Fogo na Montanha da Tanzânia. Tomemos em consideração a brincadeira Terra e Mar de Moçambique. Esta começa com o educador traçando uma linha no chão e delimitando o que é “terra” e o que é “mar”. No início todos ficam do lado da terra, esse é o ponto de partida, o educador então grita “mar” e todos pulam, e assim o faz várias vezes. Quem pular para o lado errado, ou fizer a menção de pular, sairá do jogo, até que reste apenas uma pessoa. Mas o que essa brincadeira trabalha? Além de desenvolver as habilidades psíquicas e sociais da criança, ela trabalha a territorialidade e o pertencimento, a oralidade, a ancestralidade, o encantamento, a corporeidade e a atenção. São várias habilidades trabalhadas com apenas uma brincadeira africana. Além de ser lúdica, a tarefa põe a criança em contato direto com a cultura africana e cria um espaço para a curiosidade. A ligação do povo de Moçambique é explorada nessa brincadeira, o país é um caldeirão cultural, e a brincadeira Terra e Mar aproxima os alunos dele através da identificação. Segundo Luckesi (2002, p.2), “comumente se pensa que uma atividade lúdica é uma atividade divertida. Poderá sê-la ou não. O que mais caracteriza a ludicidade é a experiência de plenitude que ela possibilita a quem a vivencia em seus atos”. A seguir, mais uma alternativa para trabalhar com a educação infantil, a contação de histórias.

Decidimos incorporar a contação de histórias porque ela também propicia esse contato com o lúdico. Abrir um livro, ouvir e ler uma história são atividades altamente envolvidas no lúdico. A contação de história também se faz essencial na construção das



identidades infantis já que provoca uma identificação quando se retratam personagens com características as quais se pode identificar. Obras como *Vida que Voa*, de Lena Martins, *O Menino Coração de Tambor*, de Nilma Lino Gomes, e *Abayomi*, de Eliane Rodrigues Pereira Verly, são exemplos de obras com personagens que provocam a identificação. Tomemos como exemplo a personagem Kioni, do livro *Kioni, A Pequena Mandingueira - A Lenda do Berimbau*, de Joana Vasconcelos. Ao acompanharmos a vida da personagem principal, uma menina de 12 anos, em uma pequena aldeia africana, vamos potencialmente passando por processos de encantamento, identificação e descobertas advindas do prazer da leitura. A história de Kioni mistura o universo da capoeira com elementos culturais e tradicionais de Moçambique. É uma boa oportunidade para tratar o assunto de uma perspectiva afrocentrada.

Nesse sentido, Barreiros (2010, p. 5) ressalta: “a literatura infantil recente oferece um montante de informações e representações, pelas quais o leitor pode desenvolver a leitura, adquirir novos conhecimentos e valores”, auxiliando-o na solução de situações da vida. Para os educadores é uma ótima oportunidade de exercitar a função de educadores *griots*. Os sujeitos *griots* (masculino) ou *griottes* (feminino) são animadores e possuem vocação para preservar e transmitir histórias de seus antepassados. Na África Ocidental, principalmente em países que faziam parte do Império do Mali, são personagens ainda presentes. Eles poderiam se apresentar de várias formas, eram músicos, embaixadores e genealogistas. Podemos dizer que os *griots* e as *griottes* são importantes personagens que lutaram e lutam contra o apagamento histórico de seus povos. Sem dúvida, a sua contribuição foi fundamental para a perpetuação da história dos africanos. Para o pequeno leitor, as histórias infantis como as fábulas e os contos, propiciam o desenvolvimento cognitivo por meio do processo de representação e construções simbólicas. A literatura de temática afro-brasileira e/ou contos africanos contribuem para reflexões que rompem com uma visão construída sob o fundamento do eurocêntrico, e orientam as crianças a partir de outras visões afrocentradas.

A ludicidade faz parte da infância e também está presente no momento da contação de histórias. É um fator do desenvolvimento da criança, e é através dessa ação que ela consegue perceber o mundo que a rodeia, podendo reorganizar o seu entendimento sobre



si e em relação ao outro. O lúdico tem espaço importante nessa abordagem já que é uma das formas de aprendizagem mais significativas, práticas e humanitárias. O educador pode valer-se da Pedagogia griô¹ e utilizar brincadeiras e canções africanas para o desenvolvimento do protagonismo negro e construção de uma consciência antirracista, levando em consideração que aprendemos através da troca com o outro. Através das brincadeiras e contação de histórias infantis que se relacionam às temáticas africanas e afro-brasileiras norteadas e amparadas pela Lei 10.639/03, é possível propiciar uma referência acolhedora, positiva e de confiança para as crianças, promovendo a construção de uma identidade afrocentrada. Em sala de aula, em contexto de educação infantil, deve-se minimizar a perspectiva eurocêntrica. Dessa maneira, contribui-se para a formação de um ser protagonista de sua história, consciente de sua ancestralidade, imbuído de respeito aos outros, mais tolerante e antirracista.

CONCLUSÃO

Com o intuito de minimizar o apagamento histórico vivido pela etnia negra no país, a Lei 10.639/03 veio contribuir para colocar o sujeito afro-brasileiro em destaque. Diante do cenário de discriminação que a etnia negra enfrenta, um dos desafios da escola atual é a formação do sujeito em uma abordagem afrocentrada. Durante anos, a escola e, por extensão, outros espaços de ensino evitaram alguns temas, o debate étnico-racial foi um deles. A educação infantil como modalidade de ensino, e pertencente à escola, deve promover aos seus educandos as oportunidades, sendo elas: combate à desigualdade, antirracismo e inclusão em conformidade com a conjuntura atual do mundo. Essa transformação pode ocorrer a partir das brincadeiras africanas. Elas são a manifestação do lúdico através das ideias de território, socialização, corporeidade e encantamento. As brincadeiras africanas podem ser usadas na educação infantil na construção de identidades afrocentradas através dos preceitos da Lei 10.639/03. Somente pela abordagem afrocentrada é que teremos os afrodescendentes como sujeitos das suas próprias histórias, em posição de protagonismo. As brincadeiras africanas são uma

¹ Adaptação em português para a palavra francesa *griot*



oportunidade de trabalhar tópicos que auxiliarão na construção das identidades afrocentradas norteadas pela Lei 10.639/03. Sejamos fortes educadores no propósito de nossa missão, nossa vontade de transformar o mundo deve ser mais forte do que nossos discursos de desculpas para continuarmos inertes.

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como um novo paradigma. *In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BARREIROS, Ruth Ceccon. Leitura e formação identitária na literatura infantil afro-brasileira. *In: II Seminário Nacional em Estudos da Linguagem, Diversidade, Ensino e Linguagem UNIOESTE - Cascavel. Anais.* Cascavel: UNIOESTE, 2010. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/5981>. Acesso em 07 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2017, Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 29 nov. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional.** Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://shorturl.at/ayGIW>. Acesso em 29 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 10.639/03, de 09 de Janeiro de 2003.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. 2003. Disponível em: <https://shorturl.at/mqCHY>. Acesso em 29 nov. 2023.

CUNHA, Débora Alfaia da. **Brincadeiras africanas para a educação cultural.** Castanhal, PA: Edição do autor, 2016. E-book (118 p.). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/196>. Acesso em 5 nov. 2023.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Porto: Porto Editora, 1997.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GALLO, Sílvio. Filosofia, educação e cidadania. *In: PEIXOTO, Adão José (org.). Filosofia, educação e cidadania.* 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2010.



HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Ludicidade e atividade lúdicas**: uma abordagem a partir da experiência interna. Gepel, Faced/Ufba, 2002. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/>. Acesso em 28 nov. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva de Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido: 08/12/2024

Aprovado: 17/02/2025

